



Agência para a Energia

CONSULTA PRÉVIA N.º ADENE_CPR_019_2024_USTI

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO AO PROJETO DE GO-TO-CLOUD E CRIAÇÃO DE SERVIÇO
DE ANÁLISE DE BUSINESS INTELLIGENCE DO SCE (SISTEMA DE CERTIFICAÇÃO
ENERGÉTICA), EM REGIME DE BOLSA DE HORAS**

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

ARTIGO 115.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS

(APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 18/2008, DE 29 DE JANEIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO)

2024

1. A ADENE – Agência para a Energia, com sede na Avenida 5 de Outubro, n.º 208, 2.º, freguesia de Avenidas Novas, concelho de Lisboa, pessoa coletiva n.º 501618392 (“ADENE”), na qualidade de entidade adjudicante, convida V. Exas, a apresentar proposta no âmbito do procedimento de Consulta Prévia adotado para a celebração de Contrato de Aquisição de Serviços de apoio ao projeto de go-to-cloud e criação de serviço de análise de Business Intelligence do SCE (Sistema de Certificação Energética), em regime de bolsa de horas.
2. Informa-se que:
 - a) A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração da ADENE em 13 de março de 2024;
 - b) As peças do procedimento são integralmente disponibilizadas, para consulta e *download* na plataforma eletrónica AcinGov, com o endereço <https://www.acingov.pt> (“plataforma eletrónica”);
 - c) A escolha do procedimento por consulta prévia baseia-se estritamente em função do valor, conforme disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (“CCP”).
 - d) A entidade que conduz o procedimento é um júri composto por três membros efetivos, um dos quais preside, e dois suplentes, designados pelo Conselho de Administração da ADENE, entrando em funções no primeiro dia útil após o envio do Convite;
 - e) Quando seja apresentada apenas uma proposta, o Júri pode ser dispensado;
 - f) Os interessados podem solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, através da plataforma eletrónica até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas e no mesmo prazo, podem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões do caderno de encargos por si detetados;
 - g) Os esclarecimentos solicitados devem ser prestados pelo Júri e o Conselho de Administração da ADENE deve pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação de propostas;

- h)* O Conselho de Administração da ADENE pode também, por iniciativa própria, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, nos termos e nos prazos previstos na alínea anterior;
- i)* Os esclarecimentos, as respostas às listas de erros e omissões e as retificações apresentados passam a fazer parte integrante dos documentos do presente procedimento e prevalecem sobre estes em caso de divergência;
- j)* Havendo lugar à prorrogação do prazo de apresentação de propostas, a mesma aproveita a todos os interessados.
3. A proposta é constituída pelos seguintes documentos, a cujo teor o concorrente se vincula, sob pena de exclusão de proposta:
- a)* Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I ao Código dos Contratos Públicos e que constitui o **Anexo I** ao presente Convite;
- b)* Proposta de preço que constitui o **Anexo II** ao presente Convite;
- c)* Documento que contenha as seguintes informações, conforme Especificações Técnicas, que integram o Anexo I ao Caderno de Encargos:
- i.* Cronograma expectável, com definição das tarefas, planeamento e *roadmap*;
- ii.* Proposta da arquitetura *cloud* e serviços a utilizar;
- iii.* Proposta de equipa de projeto, com perfis e responsabilidades.
- d)* Declaração de inexistência de impedimentos, que constitui o **Anexo III** ao presente Convite;
- e)* Documento que ateste que a pessoa que assina os documentos da proposta tem poderes para representar o concorrente.
4. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que os concorrentes apresentem por os considerarem indispensáveis à explicitação dos atributos e termos ou condições da proposta, de acordo com os quais se dispõe a contratar.
5. Nos casos em que o certificado utilizado não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente submeter na plataforma eletrónica documento indicando o poder de representação, designadamente a

Certidão do Registo Comercial ou código de acesso de onde resulte a referida relação ou procuração conferindo os poderes necessários.

6. Os documentos que constituem a proposta devem ser todos redigidos em língua portuguesa.
7. Os documentos que constituem a proposta devem ser enviados através da plataforma eletrónica, devendo ser assinados através de assinatura eletrónica qualificado, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
8. A proposta deve ser apresentada na plataforma eletrónica até às **23:59 horas do 7.º dia** a contar da disponibilização do presente Convite na plataforma eletrónica.
9. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, prevista no artigo 74.º, n.º 1, alínea b) do CCP, sendo o preço hora unitário o único aspeto da execução do contrato a celebrar submetido à concorrência.
10. Em caso de empate, será efetuada na sequência de sorteio a desenrolar com os concorrentes, de acordo com o regulamento de sorteio a comunicar oportunamente, do qual será lavrada ata assinada por todos os presentes, devendo, para o efeito, o Júri do procedimento comunicar aos concorrentes, com a antecedência mínima de 3 (três) dias, a data, a hora e o local em que ocorrerá o sorteio, para, querendo, os mesmos nele se fazerem representar, sendo que a não comparência de todos ou de alguns dos concorrentes não constitui fundamento de não realização do sorteio nem de exclusão das respetivas propostas.
11. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.
12. A proposta apresentada não será objeto de negociação.
13. O prazo para audiência prévia dos concorrentes, para efeitos do disposto no artigo 123.º do CCP, será de três dias úteis.
14. O prazo da obrigação de manutenção das propostas é de 66 dias.
15. Não é exigida a prestação de caução, em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

16. A minuta do contrato é aprovada pelo Conselho de Administração da ADENE, assinalando expressamente os eventuais ajustamentos propostos nos termos do artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos.
17. Em caso de adjudicação, a minuta do contrato é notificada ao adjudicatário pelo Conselho de Administração da ADENE, assinalando expressamente os eventuais ajustamentos propostos nos termos do artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, podendo o adjudicatário pronunciar-se sobre a mesma no prazo de 2 (dois) dias (úteis).
18. Em caso de adjudicação, devem ser apresentados os documentos de habilitação previsto no n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, **no prazo de 5 (cinco) dias (úteis)**, pela plataforma eletrónica, sendo observado o disposto na Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro:
 - a) Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo II ao Código dos Contratos Públicos e que constitui o **Anexo IV** ao presente Convite;
 - b) Certificado do Registo Criminal da pessoa coletiva e dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções [de todos e não apenas dos que obrigam o(a) adjudicatário(a)].
 - c) Declaração que ateste que o(a) adjudicatário(a) tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
 - d) Declaração que ateste que o(a) adjudicatário(a) tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
 - e) Certidão de Registo Comercial;
 - f) Registo Central do Beneficiário Efetivo, em conformidade com a Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto e com a Portaria 233/2018, de 21 de agosto.;
19. À apresentação dos documentos de habilitação é aplicável o disposto nos n.ºs 6 e 7.
20. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário, formulada ao Conselho de Administração da ADENE, por um período não superior a 5 (cinco) dias.

21. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, será concedido um prazo não superior a 2 (dois) dias úteis para a respetiva supressão integral.
22. Todas as comunicações no decurso do presente procedimento serão efetuadas por via eletrónica. As comunicações destinadas à entidade adjudicante deverão ser efetuadas pela plataforma eletrónica.
23. À contagem de prazos relativos ao presente procedimento é aplicável o disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 470.º do Código dos Contratos Públicos.
24. A tudo o que não esteja especialmente previsto neste Convite aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos.

ANEXOS:

ANEXO I: MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CONTEÚDO DO CADERNO DE ENCARGOS (ANEXO I: DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS);

ANEXO II: MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO;

ANEXO III: DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS;

ANEXO IV: MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO (ANEXO II DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS).

JUNTA: CADERNO DE ENCARGOS

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CONTEÚDO DO CADERNO DE ENCARGOS

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, ambos do Código dos Contratos Públicos, conforme aplicável]

1. [•] (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de⁽¹⁾ [•] (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de Consulta Prévia tendente à celebração de Contrato de *Aquisição de Serviços de apoio ao projeto de go-to-cloud e criação de serviço de análise de Business Intelligence do SCE (Sistema de Certificação Energética), em regime de bolsa de horas (ADENE_CPr_019_2024_USTI)*, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo⁽³⁾:
 - a) ;
 - b) ...
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

³ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, a entidade convidada obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *h)* do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[•] (local), [•] (data), [•] [assinatura ⁽⁴⁾]

⁴ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

[•] (*nome, número de documento de identificação e morada*), na qualidade de representante legal de⁽⁵⁾ [•] (*firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento, firmas, números de identificação fiscal e sedes*), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de Consulta Prévia tendente à celebração de Contrato de *Aquisição de Serviços de apoio ao projeto de go-to-cloud e criação de serviço de análise de Business Intelligence do SCE (Sistema de Certificação Energética), em regime de bolsa de horas* (ADENE_CPr_019_2024_USTI), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada⁽⁶⁾ se obriga a celebrar o contrato, pelo seguinte preço:

Preço unitário por hora, para toda a execução do contrato, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor [indicar o preço unitário que não pode ultrapassar o preço base unitário constante do n.º 2 da Cláusula 14.^a do Caderno de Encargos (algarismos)] € ([por extenso])

[•] (local), [•] (data), [•] [assinatura ⁽⁷⁾]

⁵ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁶ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁷ Deve ser assinado por concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

(para efeitos do n.º 6 do artigo 113.º e n.º 2 do artigo 114.º, ambos do Código dos Contratos Públicos)

..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de [•] (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento, firmas, números de identificação fiscal e sedes), entidade convidada no procedimento de *Aquisição de Serviços de apoio ao projeto de go-to-cloud e criação de serviço de análise de Business Intelligence do SCE (Sistema de Certificação Energética), em regime de bolsa de horas (ADENE_CPr_019_2024_USTI)*, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada, nos termos do n.º 6 do art.º 113.º do Código dos Contratos Públicos:

☐ não está relacionada com outra ou outras entidades, considerando-se como tal, nomeadamente, a partilha, ainda que apenas parcialmente, representantes legais ou sócios, ou sociedades que se encontrem em relação de simples participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo.

☐ está relacionada com outra ou outras entidades, considerando-se como tal, nomeadamente, a partilha, ainda que apenas parcialmente, representantes legais ou sócios, ou sociedades que se encontrem em relação de simples participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo, que passo a descrever:

Nome	NIF

[•] (local), [•] (data), [•] [assinatura ⁽⁸⁾]

⁸ Deve ser assinado por concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos]

1. [•] (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de⁽⁹⁾ [•] (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de Consulta Prévia tendente à celebração de Contrato de *Aquisição de Serviços de apoio ao projeto de go-to-cloud e criação de serviço de análise de Business Intelligence do SCE (Sistema de Certificação Energética), em regime de bolsa de horas (ADENE_CPr_019_2024_USTI)*, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada⁽¹⁰⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽¹¹⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada⁽¹²⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[•] (local), [•] (data), [•] [assinatura⁽¹³⁾]

⁹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

¹⁰ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

¹¹ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

¹² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

¹³ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.